

# Portugal desperdiçou seis mil milhões no QREN

Nos últimos três anos, o Governo e os empresários lusos perderam mais de seis mil milhões de euros que os fundos comunitários tinham disponíveis para o país. Segundo o estudo do economista Eugénio Rosa, a taxa de execução dos programas está somente na casa dos 23,5% e está a causar desperdícios.

No período entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2009, a União Europeia colocou à disposição de Portugal, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), mais de oito mil milhões de euros. Dessa verba, e segundos dados apresentados no último Boletim Informativo do QREN, o Governo e os empresários lusos executaram projectos somente no valor de 1900 milhões.

"Isto corresponde uma taxa de execução de apenas 23,5%, ou, por outras palavras, ficaram por utilizar, durante os últimos três anos, mais de seis mil milhões de euros de fundos comunitários", afirma Eugénio Rosa, que elaborou um estudo à volta do assunto. No documento, a que a "Vida Económica" teve acesso, o economista atesta que, "se a análise for feita por Programas Operacionais, a gravidade da situação é ainda maior, pois existem programas fundamentais para o desenvolvimento do país para enfrentar a crise, cuja taxa de execução é ainda mais baixa".

Feitas as contas, no período entre 2007-2009, "podiam ter sido utilizados, mas não o foram, 960,27 milhões de euros no Programa Factores de Competitividade (taxa de execução: 24,8%); 1615,1 milhões de euros no Programa Potencial Humano (taxa de execução: 36,4%); 1020,9 milhões de euros no Programa Valorização do Território (taxa de execução: 19%); 1040,9 milhões de euros no Programa Regional do Norte (taxa de execução: 6,8%); 641,9 milhões de euros no POR do Centro (taxa de execução: 8,4%); 330,8 milhões € no Programa Regional do Alentejo (taxa de execução: 7,5%); 261,5 milhões de euros no programas dos Açores (taxa de execução: 45,1%); 105,39 milhões de euros no POR de Lisboa (taxa de



*Incapacidade ou a incompetência, quer do Governo quer dos empresários, para os utilizar, são claras e preocupantes na gestão dos fundos comunitários, afirma o economista Eugénio Rosa.*

execução: 16,5%); 104,77 milhões de euros no do Algarve (taxa de execução: 6%); e não foram utilizados, podendo sê-lo, 228,6 milhões de euros nos programas da Região Autónoma da Madeira (taxa de execução: 18,7%)".

## Atraso nas aprovações causa consequências graves

Para Eugénio Rosa, este atraso que continua, na utilização dos fundos comunitários, "com consequências graves para o país, tem", pelo menos, duas razões. "Em primeiro lugar, resulta de atrasos na aprovação dos projectos apresentados, de culpa do Governo. De acordo com o próprio Boletim Informativo do QREN, o tempo de decisão médio efectivo é superior, em vários deles, ao previsto em cerca de 71%. E mesmo estes dados oficiais não traduzem com rigor a gravidade da situação verificada neste campo", explica o especialista.

Para o efeito, dá o exemplo do Programa Potencial Humano, no qual "as entidades que apresentaram candidaturas em Outubro de 2009, para iniciar a realização de acções de formação profissional logo no início de 2010, ainda não o conseguiram, em Março de 2010, por falta de decisão da entidade gestora. O tempo médio previsto anunciado era de 60 dias, e já passaram cerca de 150 dias".

O outro factor que, na opinião de Eugénio Rosa, contribui para um não aproveitamento dos fundos comunitários é porque, até ao fim de 2009, e também segundo o Boletim Informativo nº 6 do QREN, "tinham sido pagos aos beneficiários, que são principalmente empresas, fundos comunitários no montante de 2134,755 milhões de euros, e os chamados beneficiários só tinham apresentado documentação comprovativa da execução dos respectivos projectos no valor de 1958,393 milhões de euros; portanto, não

tinham até a essa altura justificado 176,362 milhões de euros já recebidos".

## Culpa repartida entre Governo e patrões

Para o economista, este atraso é "culpa do Governo e dos patrões" e está a "ter consequências graves para a economia nacional e para os portugueses". Em causa está o facto de "se perder poder de compra, porque quanto mais tarde se utilizar os fundos comunitários menos valem devido à inflação, estimulando-se que, desta forma, já se tenham perdido mais de 400 milhões de euros; e, por outro lado, é menos investimento que se realiza, quando ele é tão necessário à modernização da economia e ao desenvolvimento do país; são menos empregos que se criam quando são necessários para o combate do desemprego; é menos procura interna que se tem, quando ela é indispensável à sobrevivência

## "Atrasos nas aprovações vão continuar"

De acordo com o Boletim Informativo nº 6 do QREN, tem-se verificado um significativo atraso na aprovação dos projectos apresentados. "Os dados oficiais revelam que existe uma diferença que atinge mais de 71% entre os tempos de decisão previstos e os efectivos", argumenta Eugénio Rosa. A tendência é para que os atrasos continuem, advoga. "É evidente que todos estes atrasos que se continuam a verificar, e que têm mesmo tendências para aumentar, estão a contribuir para o atraso registado a nível de execução dos projectos, e, consequentemente, também na utilização dos fundos comunitários e, consequentemente, para prolongar ou mesmo agravar a crise económica e social", alerta o economista. "É um preço muito caro que os portugueses e o país estão a pagar por tudo isto", remata.

das empresas, nomeadamente às PME".

Com estes níveis de "desperdício", acrescenta Eugénio Rosa, "a crise agrava-se mais". O INE divulgou, recentemente, as Contas Nacionais Preliminares referentes ao ano de 2009, nas quais se denota que o PIB "caiu -2,7% em relação ao de 2008, e no 4º Trimestre de 2009, o PIB foi inferior em -1% ao do trimestre anterior, o que significa que o país está a caminhar novamente para a recessão económica", afirma o economista.

"Um meio importante que o Governo e as empresas têm para combater estas quebras era a utilização atempada e eficiente dos fundos comunitários. Mas, neste campo, a incapacidade ou a incompetência quer do Governo quer dos empresários para os utilizar, são claras e preocupantes", conclui.